

Abril de 1991-novembro de 1997: técnica e coordenadora de *task-force* do Departamento de Estatística e Estudos Económicos;

Outubro de 1990-março de 1991: estagiária do Departamento de Estatística e Estudos Económicos.

Trabalhos publicados e ou apresentados:

Cunha, V. et al. (2009), «The reform of the Portuguese public employees' pension system: reasons and results», *Working Paper no 2*, GPEARI, Ministério das Finanças (*paper* apresentado no Public Finance Workshop do Banco de Itália, Perugia, março de 2009);

Cunha, V. e Pinheiro, M. (2007), «MISS: Um modelo para avaliação da sustentabilidade da segurança social pública portuguesa», *Occasional Papers 2*, Banco de Portugal;

Cardoso, F. e Cunha, V. (2005), «Household wealth in Portugal», *Working Paper no 4*, Banco de Portugal;

Contributos para diversas publicações do Banco de Portugal (Relatório Anual de Economia Portuguesa, Relatório de Atividade e Contas, Boletim Económico) e do Ministério das Finanças (Relatório de Orientação da Política Orçamental, Relatório do Orçamento do Estado, Programa de Estabilidade e Crescimento, Documento de Estratégia Orçamental).

206360203

## Secretaria-Geral

### Despacho n.º 11891/2012

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações em vigor, conjugado com o Decreto Regulamentar n.º 37/2012, de 10 de abril, que aprovou a estrutura orgânica da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e nos artigos 35.º a 37.º do Código do Procedimento Administrativo, delego:

1 — No Secretário-Geral-Adjunto, licenciado José Manuel Carreto, com a faculdade de subdelegação, nos dirigentes intermédios de 1.º grau, da direção de serviço de Apoio Jurídico e Contencioso, da Unidade Ministerial de Compras e no dirigente intermédio de 2º grau da divisão de Gestão de Aproveitamento e Património as competências para a prática dos seguintes atos:

a) As relativas à Direção de Serviços de Apoio Jurídico e Contencioso, incluindo a autorização de despesas com custas judiciais até € 10 000, com a faculdade de subdelegar até ao limite de € 5000;

b) Autorizar as deslocações dos técnicos superiores juristas aos tribunais e as despesas a elas inerentes, que constituam encargos para o Estado;

c) As relativas à Unidade Ministerial de Compras;

d) As relativas à Divisão de Gestão de Aproveitamento e Património;

e) Autorizar as despesas com aquisição de bens e serviços e de empreitadas de obras públicas, até ao limite de € 50 000, com a faculdade de subdelegar até ao limite de € 2500;

f) Celebrar contratos de seguro e de arrendamento e autorizar a respetiva atualização, sempre que resulte de imposição legal.

2 — Designo, para me substituir nas minhas ausências ou impedimentos até 31 de agosto de 2012, a Secretária-Geral-Adjunta, Ana Maria Pinto Bernardo, e a partir de 1 de setembro de 2012, o Secretário-Geral-Adjunto, José Manuel Carreto, nos termos do artigo 41.º do Código do Procedimento Administrativo.

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de maio de 2012, ficando ratificados todos os atos praticados, até à presente data pelos Secretários-Gerais-Adjuntos.

31 de agosto de 2012. — A Secretária-Geral, *Teresa Maria Caldeira Temudo Nunes*.

206359557

### Despacho n.º 11892/2012

Através da Portaria n.º 112/2012, de 27 de abril, foi fixada a estrutura nuclear da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e as competências das respetivas unidades orgânicas, bem como fixado o limite máximo das unidades flexíveis.

Considerando que se encontra vago o cargo de direção intermédia de 2.º grau da Divisão de Gestão de Recursos Humanos, sendo, portanto, necessário proceder à designação de um dirigente daquela unidade orgânica de forma a garantir o normal funcionamento dos serviços, visando a prossecução das atribuições referidas no ponto 1.1 do Despacho n.º 7489/2012, de 31 de maio, republicado em anexo à Declaração de retificação n.º 1035/2012, de 10 de agosto;

Considerando que a licenciada Rute Carla da Conceição Marques Pinto, possui os requisitos legais exigidos bem como capacidades ade-

quadas, correspondendo assim ao perfil pretendido para o lugar a prover, evidenciando-se no *curriculum vitae*, em anexo, ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

Designo, em regime de substituição, no cargo de direção intermédia de 2.º grau (chefe de divisão) da Divisão de Gestão de Recursos Humanos, a licenciada Rute Carla da Conceição Marques Pinto, técnica superior do mapa de pessoal do ex. Instituto de Informática, nos termos do disposto nos n.s 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.s 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro.

A presente designação produz efeitos a dia 10 de setembro de 2012.

3 de setembro de 2012. — A Secretária-Geral, *Teresa Maria Caldeira Temudo Nunes*.

## Síntese Curricular

### Nota curricular

Nome: Rute Carla da Conceição Marques Pinto.

Habilitações literárias: Licenciatura em Gestão e Administração Pública — especialização em Recursos Humanos

Outra formação relevante:

Frequência de várias ações de formação, destacando-se as áreas de Gestão de Recursos Humanos (SIADAP, LVCR), Código do Procedimento Administrativo, Gestão por objetivos, Gestão por processos, Planos e Relatórios de Atividades, SAP, Diploma de Especialização em Sociedade da Informação e Inovação na Administração Pública e FORGEP.

Currículo profissional:

Desde junho 2012:

Ministério das Finanças — Instituto de Informática  
Exercício de funções como técnica superior.

De setembro de 2010 a maio 2012:

Ministério da Defesa — Inspeção-geral da Defesa Nacional  
Nomeada Chefe de Divisão de Apoio Administrativo, tendo como principais funções: gestão dos recursos humanos, financeiros, patrimoniais e logística, pelos serviços de expediente e arquivo geral.

De janeiro a agosto 2010:

Ministério das Finanças — Instituto de Informática  
Nomeada Chefe de Divisão dos Recursos Humanos em regime de substituição, tendo como principais funções: Responsável pela administração de pessoal, pelo processamento de abonos e descontos, pela gestão de correspondência e arquivo e pela gestão centralizada do secretariado.

De julho de 2008 a dezembro 2009:

Ministério da Defesa — Inspeção-Geral da Defesa Nacional  
Exercício de funções como técnica superior, tendo como principais funções: elaboração do Plano de Formação, apoio à elaboração dos Planos/Relatório de Atividades, à elaboração do Balanço Social, ao relatório de autoavaliação do serviço, à área de RH, ao CCA, administradora do GEADAP e apoio aos utilizadores, elaboração do Plano de Contingência Gripe A, elaboração do Relatório de Avaliação por Serviço (SIADAP 2e 3), desenho de processos da área de apoio técnico e RH, participação e apoio a júris de concursos de pessoal e estágios.

Participação na Secção Especializada de Qualificação e Formação de Recursos Humanos (SCI).

De dezembro de 2007 a julho 2008:

Ministério da Defesa — Secretaria-Geral  
Nomeada Chefe de Divisão de Organização (em regime de substituição), tendo como principais funções: manter uma base atualizada de informação relativa à organização e estrutura dos serviços da Administração Pública, nacional e internacional, proceder a estudos de adequação das estruturas orgânicas dos serviços aos objetivos legalmente fixados e de carácter organizativo e de análise dos circuitos administrativos e de automação de tarefas e procedimentos, tendo em vista a racionalização e melhoria de funcionamento dos serviços, promover o estudo e a aplicação de medidas de aperfeiçoamento organizacional e de modernização e racionalização administrativa, colaborar na definição e aplicação de medidas tendentes à racionalização de espaços e de reinstalação de serviços, coordenação dos Relatórios de Atividades, dar parecer sobre a criação, modificação ou reorganização dos organismos e serviços do MDN, modelação/remodelação dos processos da Direção de Serviços de